

Freud, Lacan e a hiper-realidade na transmissão da psicanálise

Freud, Lacan and the hyperreality in the transmission of psychoanalysis

*Daniel Migliani Vitorello**

Resumo

O objetivo do artigo é abordar alguns paradoxos sobre a transmissão em psicanálise. Uma vez que a transmissão do saber psicanalítico é regulada pela transferência, tratou-se de apontar, em primeiro lugar, que a transferência pode se tornar um instrumento de controle, ou ainda, uma relação de poder transvestida de discurso analítico. Em segundo lugar, na teoria da técnica, buscou-se mostrar, através do ensino de Freud e Lacan, que, muitas vezes, o que se transmite é da ordem de um ideal, ou ainda, de um simulacro, enquanto que a realidade da prática clínica fica invisível. Assim, foi possível associar a transmissão da técnica em psicanálise com a noção de hiper-realidade de Baudrillard, já que para esse autor, quando se passa a se relacionar mais com o simulacro do que com a realidade, desloca-se assim para uma hiper-realidade que se apresenta mais real que a própria realidade.

Palavras-chave: Transmissão da psicanálise. Transferência. Hiper-realidade.

Abstract

This article aims to address some paradoxes about the psychoanalysis's transmission. Once the transmission of psychoanalytic knowledge is regulated by the transfer, we first pointed that the transfer can become an instrument of control, or even a power relationship disguised of analytic discourse. Second, in the technical theory, we attempted to show, through Freud and Lacan's teaching that often what is transmitted is in the order of an ideal, or even a simulacrum, while the reality of clinical practice stays invisible. Thus, it was possible to associate the transmission of the technique in psychoanalysis with the Baudrillard's notion of hyperreality. For this author, when we beginning to relate more with the simulacrum than with reality, it moves for a hyper -realidade that appears more real than reality itself.

Keywords: Transmission of psychoanalysis. Transfer. Hyperreality.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Transferência e transmissão

Em meados de 1920, Freud escrevia ao seu futuro biógrafo, Ernest Jones, sobre o reconhecimento da psicanálise como ciência: “Tenho certeza de que, dentro de algumas décadas, meu nome será esquecido, mas que nossas descobertas sobreviverão” (Carta de 12 de janeiro de 1920 a Ernest Jones). Hoje, podemos perguntar se a previsão de Freud não se realizou de forma inversa às suas expectativas, a ponto de Foucault (1970/2010) lembrar que, em algum momento, seria importante estudar o papel que Freud desempenha no saber psicanalítico que, certamente, difere muito de um Newton na Física, como também do papel que pode desempenhar um autor no campo da filosofia, ainda que seja um Kant, que está na origem de um novo paradigma filosófico.

Por que na transmissão da psicanálise se acentua a figura daquele que podemos chamar de transmissor? O famoso “Freud explica” ou “disse Lacan” não deixam de corroborar o questionamento. Quais dispositivos estão em jogo, que sustentam essa nuance na transmissão da psicanálise? Quais os efeitos que isso traz, ainda hoje, para o campo psicanalítico?

Seria necessária uma arqueologia para entender o solo do conjunto de sistemas de pensamentos que tornam possível a construção e a perpetuação de alguns dogmas que se cristalizam, sobretudo na técnica psicanalítica e, cuja consequência, foi e ainda é a padronização de um estilo de psicanalisar: o analista foi se tornando excessivamente silencioso, sóbrio e asséptico, a ponto de ser possível cunhar a expressão “cara de analista”. É necessária, também, uma genealogia para entender como os discursos se presentificam e atuam, concretamente, sobre a comunidade analítica.

Enveredar por esta via transbordaria os objetivos e o tamanho de um trabalho como esse, de modo que nos contentaremos em abordar, simplesmente, alguns paradoxos acerca da transmissão em psicanálise. Trata-se, por um lado, de apontar o que ela pode vir a se tornar em alguns momentos, isto é, uma relação de poder transvestida de discurso analítico, enquanto que, por outro, na teoria da técnica, muitas vezes, transmite-se o que é da ordem de uma hiper-realidade.

Freud, em uma das suas recomendações sobre a posição do analista durante a sua prática, usou a seguinte metáfora:

Ele [o analista] deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente. Deve ajustar-se ao paciente como um receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor. Assim como o receptor

transforma de novo em ondas sonoras as oscilações elétricas na linha telefônica, que foram criadas por ondas sonoras, da mesma maneira o inconsciente do médico é capaz, a partir dos derivados do inconsciente que lhe são comunicados, de reconstruir esse inconsciente, que determinou as associações livres do paciente (FREUD, 1912b/1996, p. 129).

Dentre outras coisas, um ponto que podemos pinçar, a partir daí, e considerar quase que unânime dentro da psicanálise, é que esta se realiza, não através da cena, mas de outra cena, que se manifesta ou se transmite de alguma forma. Por sua vez, a transmissão do saber psicanalítico não se faz diferente. Talvez, o fundamental não seja o que foi falado ou esteja escrito, mas algo da ordem de um recalque. Algo da dimensão de outra cena. Nesse sentido, não basta simplesmente ler Lacan ou Freud, por exemplo, e não se afastar dos seus ensinamentos para se ter o domínio do saber psicanalítico. Mais ainda, caso assim ocorra, qualquer prática que se sustente, a partir daí, corre o risco de se tornar um logro, uma fraude. Ou pior, um eterno faz-de-conta.

Uma das formas de se avançar sobre esse tema e abordar algumas perspectivas que se abrem a partir daí, é através da emblemática criação do que ficou conhecido como Comitê Secreto. Tratou-se de um grupo formado pelos discípulos de Freud que, a partir de uma sugestão de Sándor Ferenczi, deveriam ser analisados pessoalmente por Freud para preservar uma suposta pureza teórica e não adulterá-la por complexos pessoais. A partir daí eles se estabeleceriam em diferentes centros, onde ficariam responsáveis pela formação dos iniciantes. Segundo Kupermann (1996), essa proposta revela, tanto a origem da formação psicanalítica, quanto o seu próprio malogro, ou seja, o saber psicanalítico se transmite a partir da análise pessoal, de modo que sua transmissão é regulada pela transferência. Mas não só, pois é a transferência a Freud, controlada em uma análise com o mestre, que seria a melhor forma de evitar adulterações teóricas.

Nesse sentido, percebe-se o poder da manipulação da transferência, não apenas para o trabalho analítico, mas, inclusive, para o bom andamento da comunidade psicanalítica. Todo aquele que propusesse inovações teóricas, que fugissem do agrado do mestre seria expulso da horda psicanalítica. Jung, Adler e Ferenczi que, muitas vezes, são renegados porque considerados traidores ou desertores da nobre causa analítica, demonstram isso. Não seriam, então, apenas, os fatores de cunho teórico que justificariam os afastamentos, mas eles, certamente, existiam.

A transferência se torna um instrumento de controle e a padronização da formação, que se sucede a partir daí, sustenta-se, muitas vezes, pelo exercício

de um poder. Consequentemente, parece ter ocorrida, pelo menos em um momento da história do movimento psicanalítico, a criação de uma espécie de axiologia psicanalítica. Ou seja, o bom analisante ou analista é aquele que tinha ou tem, com a referida causa psicanalítica, uma boa transferência: muitas vezes o acrítico aos dogmas que, doravante, começavam a se cristalizar, principalmente, a partir da publicação dos textos técnicos de Freud. O ruim passa a ser aquele que demonstra, a partir de uma perspectiva, uma má transferência, ou pior, uma transferência negativa: o mal analisado e, portanto, não preparado para a etiqueta e os protocolos psicanalíticos. A partir daí o que restava, e resta ainda, aos bons discípulos, é repetir e perpetuar a transferência pelo seu correlato: fazer novos discípulos.

O dispositivo analítico, desde então, carrega um paradoxo: “a transmissão da análise seria a maior ameaça para a própria análise, se o meio transmissor como tal supõe que se reforce a transferência ao invés de dissolvê-la” (ROUSTANG, 1987, p. 38). Ou seja, se não é possível liquidar a transferência, como se tornar psicanalista alienado ao Outro? Pois, se se permanece reforçado na transferência enquanto analisante, não se se anula enquanto analista?

Lacan (1970/2003), por sua vez, tentou resolver o paradoxo fazendo-o passar do terreno do trabalho de transferência a transferência de trabalho. Desde 1964, ano de criação da Escola Freudiana de Paris, Lacan já buscava uma resposta para o problema da formação, da análise e do reconhecimento dos analistas, o que culminou nos princípios estabelecidos na *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (Lacan, 1967/2003). E um destes princípios é, exatamente, a controvertida liquidação da transferência, que teria como destino a já citada transferência de trabalho. Na ocasião, disse Lacan (1964/2003): “o ensino da psicanálise só se pode transmitir de um indivíduo a outro pelas vias de uma transferência de trabalho” (p. 242). Ou seja, enquanto que, em uma psicanálise terapêutica, a transferência deveria se dissolver pela dessuposição de saber atribuída ao analista, a transferência de trabalho se tornaria o meio de acesso ao saber psicanalítico e seu fundamento ético. Todavia, se a transferência de trabalho pode contribuir, positivamente, para uma comunidade psicanalítica, também é preciso reconhecer que se criaram novos impasses. Por exemplo, se a transferência é o meio de acesso ao saber psicanalítico, isso acontece “indefinidamente, já que a transferência está associada a um trabalho. Quanto mais transferência, mais trabalho e, portanto, mais saber” (ROUSTANG, 1988, p. 9). Da mesma forma que a referida transferência de trabalho, para Lacan, não se destinava a qualquer analista, “mas ao diretor de Escola. ‘O ensino’ tratava-se do dele, reproduzido e difundido pelos alunos que ele havia formado” (p. 9).

Ou seja, qual transferência de trabalho se impõe? Aquela que significa trabalhar para o mestre e perpetuar a sua vontade e o seu ensino? Nada menos curioso que a posição militante, que aparece em alguns psicanalistas, que são tentados, através da palavra do mestre, a fazer da psicanálise, senão uma religião, no mínimo uma doutrina. Mais ainda, por vezes, a manipulação da transferência em nome da transferência de trabalho, torna-se o meio e a manutenção da própria clínica. Nesse sentido, não haveria uma impostura nessa manipulação? Seduz-se na transferência e alimenta-a. O efeito não pode ser outro a não ser a transmissão do mesmo e a perpetuação do discurso do mestre.

Há, nitidamente, um gozo e uma tendência na psicanálise para a conservação desse lugar do mestre ou, se quisermos, do lugar do Pai – os analistas não estão livres daquilo que eles apontam e estudam, com tamanha veemência. Basta tomarmos, como exemplo, algumas instituições que, como já apontado, funcionam estruturalmente como verdadeiras Igrejas: evangelização, devoção aos deuses da psicanálise e, é claro, a manutenção dos padres da paróquia. Aos fiéis catequisados cabe portar as bíblias cuja compreensão, através dos grupos de leitura, revelará a verdade. Para, além disso, presencia-se, muitas vezes, a tentativa de alguns mestres sedutores tentarem colonizar – em nome da psicanálise – algumas regiões e se colocarem como verdadeiros jesuítas. O curioso nesse tipo de relação sustentada pela transmissão é aquilo que Birman, ao modo de La Boetie, chama de “relação de servidão à figura do líder”.

No caso da IPA, essa servidão está relacionada à figura dos didatas. Já em relação às instituições lacanianas, trata-se de uma certa figura do chefe a quem se deve uma certa obediência teórica, ética etc. As pessoas que circulam nesses grupos têm pouco poder crítico em relação ao líder, seja este o didata sejam os professores que lecionam nessas instituições. Isso acaba por criar um efeito que pode se chamar de uma submissão masoquista, justamente porque o funcionamento da estrutura pedagógica da instituição e o funcionamento da estrutura terapêutica são muito superpostos e articulados.¹

Ora, o que sustenta essa relação senão a manipulação da transferência, que descrevemos acima? Obviamente que há, como aponta Roustang (1988), em toda relação de mestre e discípulo, algo de uma relação afetiva e de dependência que perpassa o que podemos chamar de transferência. No entanto, en-

¹ Recuperado em: <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs29/29Entrevista.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.

quanto que, nessas relações, é o saber que é o meio de transmissão – de modo que o discípulo pode se desvincular do mestre, caso tenha alcançado o saber –, ao contrário, na psicanálise, dada a continuidade da posição de mestre e o seu caráter transmissor, os discípulos se transformam em meros e eternos... discípulos. “Por sua vez, o mestre que, cansado de lutar consigo mesmo no seio do seu próprio pensamento, o converte em instituição, só poderia cercar-se de mediocridades, pois só estas poderão mantê-lo na ilusão de sua firmeza.” (ROUSTANG, 1988, p. 6).

Por isso que, os pequenos mestres da psicanálise zombam de qualquer discurso que, como este, tentam descortinar o seu velho truque. É que, na superficialidade, se disputam posições, interesses narcísicos e se exerce o poder sobre o outro. Tudo o que não é espelho é considerado tolo e menor. Realmente, muitos parecem nutridos desde a infância, como sugeriu Roustang (1988), com a mamadeira da psicanálise. Fazem dela, no mínimo, uma visão de mundo e não sabem nada além de Freud e Lacan. Estes que, por sua vez, não deixam de ocupar o lugar do Pai.

Totem e tabu da horda psicanalítica

Sobre esse tema, Schneider (1993), em seu trabalho *Trauma e filiação em Freud e em Ferenczi*, traz uma importante contribuição. A autora entende que o paradigma da filiação, pelo menos em Freud, remete a uma teoria da identificação, que funciona como um pivô para conceber a transmissão psicanalítica, de geração em geração, e verticalmente. A autora lembra a definição da identificação dada por Freud em *O ego e o id* (1923/1996), no qual funciona, concomitantemente, como uma injunção e uma proibição. Trata-se, ao mesmo tempo, do imperativo: “Você *deveria* ser assim (como o seu pai)” e da proibição: “Você *não pode* ser assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele” (FREUD, 1923/1996, p. 47, grifo do autor).

Nesse sentido, essa teoria marca “um único modelo, o modelo do pai, e é, frente a esse modelo do pai, que se erigem um sinal positivo e um sinal negativo” (SCHNEIDER, 1993, p. 32). O lado positivo marca um processo de transmissão, que enfatiza o lado da continuidade e da reiteração identitária, já, o lado negativo determina que só o pai tem o direito de ser o modelo de todos. Conceber, dessa forma, a transmissão da herança teórica é, também, reforçar o caráter imortal do pai revestido de mestre. No entanto, como preservar o pai

da ameaça de assassinato, haja vista, como lembra Schneider (1993), que, para Freud, nenhum pai morre de morte natural? “Seria preciso embalsamá-lo, mumificá-lo de alguma maneira, permitindo que se conserve de maneira indefinida através das gerações. Na instituição, todo um conjunto de forças vai promover a transmissão integral dessa herança do pai” (p. 33). Ainda, segundo a autora, nos estudos que Freud faz sobre os processos psíquicos, “o próprio vocabulário deixa pressentir a importância do tema da filiação: o inconsciente produz *abkömmlinge* (*‘rejetons’*, literalmente descendentes), o que o coloca [Freud] como ancestral originador de vastas linhagens” (p. 33).

Ora, Wundt, citado por Freud (1913/1996), escreve que “o animal totêmico é também, geralmente considerado o animal ancestral do grupo em questão. ‘Totem’ é, por um lado, um nome de grupo e, por outro um nome indicativo de ancestralidade” (p. 114). E, nessa mesma linha de raciocínio, e se apoiando em Frazer, Freud diz que “os membros de clã totêmico chamam-se a si mesmo pelo nome do totem e *geralmente acreditam serem realmente descendentes dele*” (p. 112, grifo do autor), como por exemplo, freudianos, lacanianos ou winnicottianos. Nesse sentido, comparando as análises de Freud sobre a Igreja e o Exército em *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921/1996), *Totem e tabu* (1913/1996), e o projeto da constituição de uma sociedade de psicanálise exposto em *A história do movimento psicanalítico* (1914b/1996), constata-se, nestes textos destacados, uma curiosa relação: o pai como o elemento, que corporifica a comunidade e que é o verdadeiro objeto de idealização de homens e mulheres, como descendentes que são de um ancestral em comum. Sendo assim, cremos poder estabelecer uma analogia entre esse lugar que ele ocupa na “horda psicanalítica” com um totem. O próprio Freud (1913/1996) nos revela que o totem nada mais é que um representante do Pai. No entanto, para além de um totem, esta palavra convoca uma outra: tabu.

Freud, em uma carta endereçada à Ferenczi, se queixava dos efeitos que suas recomendações técnicas produziam nos analistas. Para ele: “Tudo aquilo de positivo que alguém deveria fazer deixei ao tato, o resultado foi que os analistas obedientes não perceberam a elasticidade das regras que propus e se submeteram a elas como se fossem tabus” (Freud citado por Figueiredo, 2008, p. 16). Partindo da etimologia da palavra, ao mesmo tempo, como algo sagrado, impuro e proibido, Freud (1913/1996) postula que os tabus se expressam, principalmente, em proibições. “O tabu é uma proibição primeva forçadamente imposta (por alguma autoridade) de fora” (p. 51) contra atividades para as quais haveria forte inclinação. E em outro trabalho, Freud (1918a/1996) afirma que um tabu se institui, quando se teme algum perigo.

Na mesma carta citada acima, ele confessa que as recomendações sobre a técnica eram, essencialmente, de natureza negativa, cujas diretrizes giravam em torno de proibições. Ou seja, nesses textos, o seu procedimento foi o de proibir ou coibir certos procedimentos entre analistas e analisantes. E, como uma espécie de posição oficial para se referir à posição do analista e, talvez, para enobrecer a psicanálise entre as ciências, ergueu-se o princípio de abstinência e seus protocolos correlatos: neutralidade e frieza. As metáforas utilizadas por Freud (1912a/1996), nesse mesmo período, acerca da posição do analista não deixam de corroborar essas noções. São, por exemplo, a do cirurgião que coloca de lado todos os seus sentimentos e a do espelho opaco, que não mostra nada, exceto o que lhe é mostrado. O analista, ao contrário da *via di porre* (1905a/1996), nada colocaria.

É verdade que os artigos de Freud passaram a vigorar como uma espécie de cartilha, na qual a responsabilidade por esse desvio recaí sobre o leitor. No entanto, o próprio Freud não deixou de contribuir com o seu desejo para que isso ocorresse, de modo que a técnica psicanalítica se tornou realmente um tabu. Ora, se como vimos, um tabu se ergue contra os anseios a que se estão expostos, no caso da técnica, quais são eles a quem os psicanalistas, em sua atividade, estão à mercê e que, portanto, devem ser controlados? O que Freud temia?

Freud publicou, entre 1911 e 1915, uma série de textos dedicados à produção de algumas “recomendações” sobre a técnica psicanalítica: *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1917/1996), a última das *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1933/1996), os seus últimos trabalhos, como *Análise terminável e interminável* (1937/1996), *Construções em análise* (1937/1996) e *Esboço de psicanálise* (1938/1996), também tratam dessas questões, embora, de modo menos incisivo e negativo. Enfim, lendo esses textos, pode-se sustentar que a maioria das recomendações estava pautada na tentativa de manter a assepsia do analista, ou se quisermos, de corrigir ou impedir algo que os psicanalistas, ainda hoje, não suportam muito bem: a irreduzível tensão ou contaminação da posição ou o lugar que ele ocupa com tudo o que ele presentifica, isto é, sua equação pessoal, sua individualidade, sua subjetividade que iremos sintetizar, aqui, através da noção do ser do analista. Ou seja, há, ainda, uma espécie de asfixia de toda interrogação sobre o papel do ser do analista, por exemplo, em detrimento do acento colocado, unilateralmente, sobre a sua função, posição ou lugar.

Para Freud (1905a/1996), uma parte do “sucesso” do trabalho analítico – e também por sua ambição científica marcada pela *via di levare* – dependia

do princípio de abstinência. Ao contrário de Breuer, Freud não temeu e, portanto, não recuou perante as intempéries da transferência amorosa, mas, ao mesmo tempo, criou diversos artifícios para neutralizá-la. Ou seja, pode-se sustentar que os objetivos desse princípio, para além de barrar as satisfações substitutas na transferência, como compensação de gozo e entrave para o desejo, também servia para controlar a contratransferência que deveria ser sobrepujada. Pondera Freud (1915/1996): “Em minha opinião, portanto, não devemos abandonar a neutralidade para com a paciente, que adquirimos por manter controlada a contratransferência (...). O tratamento deve ser levado a cabo na abstinência” (p. 182).

Pode-se supor, portanto, que Freud, na transmissão da técnica, tentou corrigir essa irremediável e fatal “contaminação” da posição do analista pelos efeitos do seu ser. No entanto, o resultado foi a produção daquilo que podemos chamar de uma espécie de hiper-realidade da técnica.

Transmissão e hiper-realidade

Por exemplo, e como notou Kupermann (2010), o texto *Recordar, repetir e elaborar* (1914) e o caso clínico do *Homem dos lobos*, publicado como *História de uma neurose infantil* (1918b/1996), são contemporâneos. No primeiro texto, Freud recomenda ao analista, paciência. Nas suas palavras e ao abordar o processo de elaboração, diz ele: “esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista” (1914a/1996, p. 171). Quanto ao segundo texto, e dado o estancamento da análise, Freud recorreu à medida de fixar um limite de tempo para a mesma. No início de um novo ano de trabalho, o paciente foi informado que aquele deveria ser o seu último ano de análise, não importando o que ele conseguisse produzir no tempo que lhe restava. Ora, dentre outras coisas, pode-se supor que a falta de paciência de Freud também o fez limitar, enquanto analista, o referido tempo de análise do jovem russo.

De um lado, o que o Freud recomendava e escrevia, do outro, o que acontecia, realmente, na sua relação com os seus pacientes, isto é, o que ele era enquanto analista. Diversos autores já mostraram essa discrepância entre o Freud que recomendava e aquele que analisava. Sanches (1994) denomina esse movimento de duplo vínculo de transmissão.

Nesse sentido, é o ideal e, portanto, o faz-de-conta ou o ilusório que foi, manifestamente, transmitido através dos escritos técnicos, enquanto que o la-

tente, ou seja, a “verdadeira” prática clínica de Freud, ficou não oficial e invisível. Como uma nota falsa, transmite-se e, portanto, autentica-se a técnica ilusória, de modo a torná-la “verdadeira”, enquanto que a técnica “verdadeira” se torna um simulacro, quando alguém ousa fazer diferente. A partir daí, o *pseudo* ideal de neutralidade só fez atormentar, como uma espécie de superego, os analistas preocupados em atingir esse mesmo ideal. Muitas vezes, o efeito não foi outro senão a caricatura de analista.

Por sua vez, essa faceta parece se repetir na postura de Lacan. Na sessão de 12 de fevereiro de 1964, do *Seminário 11*, Lacan comenta o *fort-da*, isto é, o jogo de carretel do neto do Freud. Lacan (1953/1998) já havia abordado este jogo, enquanto uma alternância simbólica pensável, unicamente, no campo do significante. Significante que carrega uma função mortífera – presença-ausência – para, efetivamente, constituir no sujeito a eternização do seu desejo. Ou seja, a ausência, a falta que o simbólico impõe é condição para a presença do desejo.

No entanto, como aponta Guyomard (2010) no seu artigo *Le signifiant vivant*, Lacan não era, totalmente, estrangeiro acerca de algumas condições que, segundo o autor, seriam, no mínimo, necessárias ao funcionamento deste jogo. Isto é, para que se constituísse, realmente, um jogo e não uma mera repetição seria necessário estabelecer uma relação, já que “a linguagem nunca está sozinha” (p. 109).

Prova disso, foi a retomada do jogo de carretel, no seminário citado, acompanhado de uma breve noção que ele introduziu. Ou seja, ao falar de uma criança traumatizada, Lacan (1964/1998) dá um nome para que o traumatismo se apagasse e a função simbólica da linguagem se tornasse possível, a saber, “significante vivo” (p. 64). Ora, os desdobramentos, a partir daí, não são poucos.

O momento, no qual essa expressão surge, é o pai Lacan que fala e da sua criança. Ocorre que, ao comentar o referido jogo, Lacan diz que este jogo visa, não o que está lá enquanto “representado – pois é o jogo mesmo que é o *Repräsentanz da Vorstellung*” (p. 63). E, então, ele pergunta: “o que se tornará a *Vorstellung* quando, novamente, esse *Repräsentanz* da mãe – em seu desenho tachado de toques, de guaches do desejo – vier a faltar?” (p. 63) É, nesse momento, que uma lembrança pessoal parece lhe saltar aos olhos. Momento no qual o laço pai-filha, por que é da sua filha que se trata, “é tão carnal e tão significante” (GUYOMARD, 2010, p. 109)

Eu vi, também eu, vi com meus olhos arregalados pela adivinhação maternal, a criança, traumatizada com a minha partida a despeito de seu apelo precocemente esboçado na voz e daí em diante mais renovado por meses e meses – eu a vi, bastante tem-

po ainda depois disso, quando eu a tomava, essa criança, em meus braços – eu a vi abandonar a cabeça sobre meu ombro para cair no sono, o sono unicamente capaz de lhe dar acesso ao significante vivo que eu era depois da data do trauma (LACAN, 1964/1998, p. 63-64).

Neste momento da sua vida, Lacan se encontrava em uma vida dupla. De um lado, três crianças, do outro, uma filha. E quando ele se ausentava, esta o chamava. Pode ser curioso, mas esta criança traumatizada, devido à falta de resposta aos seus apelos, e ainda, devido às ausências do próprio pai, parecia encontrar, sobre o corpo deste, a possibilidade de retomar o contato com o significante vivo, isto é, com o vivo, no significante que ele era.

Nesse sentido, não seria antes, a partir do que o significante pode ter de vivo, que a sua função mortífera pode, efetivamente, operar e se desdobrar no jogo da cadeia significante? Ou seja, a falta que o simbólico impõe na sua função mortífera – presença-ausência – “só pode jogar a partir do momento onde, entendemos bem o que diz Lacan, houve, não alguma coisa de presente – porque presente é sempre em relação ao par presença-ausência –, mas alguma coisa de vivo” (GUYOMARD, 2010, p. 110, tradução livre). Para morrer deveria bastar, primeiramente, estar vivo.

A partir daí, no que concerne ao traumatismo, a reparação seria possível através do contato com o que é, literalmente, vivo, isto é, com o significante vivo. A possibilidade para uma vida psíquica, de simbolização e sonhos, depende, por vezes, da contingência de poder abandonar a cabeça sobre outro ombro para cair, simplesmente, no sono e retomar o contato com o que é vivo. Não esqueçamos que é Lacan quem fala de uma criança traumatizada que encontra conforto em uma presença viva, isto é, com o que é vivo no significante.

Ora, e quanto ao campo da análise? O que nos impediria de pensar, a partir dos mesmos pressupostos? Ou seja, a reparação de um traumatismo não se daria, antes, através do contato com o significante vivo? Com o que está, literalmente, presente?

Por esta via, isto se apresenta, no mínimo, contraditório, quando comparamos o Lacan pai e o Lacan analista. Pois, o que dizer da posição cadavérica do analista que Lacan (1955/1998), na mesma época, defendia? Postula-o

Isso quer dizer que o analista intervém concretamente na dialética da análise se fazendo de morto, cadaverizando sua posição, como dizem os chineses, seja por seu silêncio, ali onde ele é Outro, *Autre* com *A* maiúsculo, seja anulando sua própria resistên-

cia, ali onde é o outro, *autre* com *a* minúsculo. Em ambos os casos e sob as respectivas incidências do simbólico e do imaginário, ele presentifica a morte (p. 431).

Da mesma forma, no texto *Direção do tratamento e os princípios de seu poder* e sob o tópico *Quem analisa hoje?* Lacan retomou a ideia, através de uma metáfora entre a análise e o jogo de bridge

Com isso, antes, o analista convoca a ajuda do que nesse jogo é chamado morto, mas para fazer surgir o quarto jogado que do analisado será parceiro, e cuja mão, através de seus lances, o analista se esforçará por fazê-lo adivinhar: é esse o vínculo, digamos, de abnegação, imposto aos analistas pelo cacife da partida na análise (...). Mas o que há de certo é que os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz (LACAN, 1958/1998, p. 595).

Ou Lacan só tinha pacientes neuróticos e bem estruturados, ou uma parecida discrepância, como vimos acontecer com Freud, ocorria entre um Lacan, que analisava e um Lacan que escrevia e falava, ainda que, por raras vezes, suas lembranças o traíssem. Ou seja, tratar-se-ia, novamente, de um hiper-realismo da técnica? Ou se tratava, antes, do projeto de instituir a Psicanálise como ciência do real?

Para Ginestet-Delbreil (1989), os objetivos de Lacan eram outros, ou seja, para a autora, ele pretendia combater algumas receitas técnicas em voga na época, como por exemplo, a identificação ao eu forte do analista. Quanto a isto, quem não estaria de acordo? Ocorre que, se Lacan não procurava dar receitas, ou antes, se seus anúncios pretendiam evitá-las, eles próprios se cristalizaram e se tornaram, por sua vez, aquilo que se pretendia combater.

Não se trata, obviamente, de negar que, por vezes, o analista possa cada-verizar sua posição, mas marcar que não se pode reduzir, de modo unívoco, o analista ao lugar de morto. O morto significa não o analista em pessoa, cada-verizado na poltrona, morto se refere ao apagamento da subjetividade da pessoa que funciona como o objeto da pulsão do investimento libidinal do paciente. Nesse mesmo texto a que o autor se refere, Lacan diz que o analista é livre em suas táticas, sem abrir mão da estratégia de direção do tratamento. São princípios de poder, segundo Lacan, mas, de fato, os analistas se tornaram mortos na sessão. A teoria dos discursos, elaborada no Seminário 17, deixa claro que o analista pode utilizar qualquer discurso em uma análise, desde que não perca a função do discurso do analista, qual seja, a de fazer girar o lugar do saber. No entanto, quando essas receitas técnicas se cristalizam em alguns con-

ceitos, elas impedem de levar em conta as especificidades de cada analisante. Por exemplo, “na medida onde o Simbólico foi confundido com a ordem de linguagem e destacado de sua ancoragem no Imaginário” (GINESTET-DELBREIL, 1989, p. 33, tradução livre), a falta-a-ser, bem como outros conceitos, tornou-se uma receita técnica, pois como dizia Lacan (1958/1998), o analista “faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser” (p. 596). É verdade que com a introdução do nó borromeano, o simbólico perde sua ordenada transcendental e passa a se sustentar conectado com o imaginário e com o real. O que não impediu, por outro lado, que aqueles mesmos conceitos continuassem a funcionar, enquanto referências mestras.

Através do relato que Lacan (1964/1998) nos oferece sobre a sua criança traumatizada, e na medida em que a falta-a-ser é correlata com a função mortífera do significante, parece que, naquele momento, ele respondeu de outro lugar, isto é, através de uma presença viva – através mais do seu ser do que da sua falta-a-ser – que inclusive deu acesso àquela criança, ao significante vivo que ele era.

Portanto, é nesse sentido que cremos poder aproximar a técnica transmitida pelos textos com uma espécie de hiper-realidade. Para Baudrillard (1991), quando se passa a se relacionar mais com o simulacro do que com a realidade, desloca-se, assim, para uma hiper-realidade, na qual acontece um aperfeiçoamento daquela. A hiper-realidade passa a ser um simples reflexo e um simulacro daquilo que outrora foi a realidade, de modo que a hiper-realidade se apresenta de modo mais real que a própria realidade, ou seja, hiper-real. É o que acontece também, quando uma teoria só aborda a *pseudo* pureza do lugar do analista, dando-lhe, por exemplo, cada vez mais um tom matemático. Dessa forma, o inerente paradoxo da situação analítica não aparece mais e é mesmo interdito aparecer sob a pena de cair em acusações de psicologismo.

Autor

Daniel Migliani Vitorello. Psicanalista, graduado em Filosofia/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), graduado em Psicologia/Universidade de Santo André, mestre em Comunicação e Semiótica/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Psicologia Clínica/Universidade de São Paulo (USP), estágio sanduíche/Université Paris VII, realiza atualmente pós-doc/Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: danielvitorello@yahoo.com.br

Tramitação

Recebido em 08/04/2017

Aprovado em 01/08/2017

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- FIGUEIREDO, Luis Claudio. "Presença, implicação e reserva". In: FIGUEIREDO, Luis Claudio; COELHO JUNIOR, Nelson. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2008.
- FOUCAULT, Michel (1970). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2010.
- FREUD, Sigmund (1905a). *Sobre a psicoterapia*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- _____. (1905b). *Fragmento da análise de um caso de histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 7).
- _____. (1912a). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 12).
- _____. (1912b). *A dinâmica da transferência*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 12).
- _____. (1913). *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 13).
- _____. (1914a). *Recordar, repetir e elaborar*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 12).
- _____. (1914b). *A história do movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 14).
- _____. (1915). *Observações sobre o amor transferencial*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 12).
- _____. (1917). *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 17).
- _____. (1918a). *O tabu da virgindade* (Contribuições à psicologia do amor III). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 11).
- _____. (1918b). *O homem dos lobos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 12).
- _____. (1923). *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 19).
- GINESTET-DELBREIL, Suzanne. Soyez neutre et bienveillant, gardez le silence équivoquer l'interprétation: impératifs catégoriques de l'analyse. *Revue du Collège de Psychanalystes*, Paris, n. 30, p. 31-37, 1989.
- GUYOMARD, Patrick. Le signifiant vivant. *Les lettres de la Société de Psychanalyse Freudienne*. Paris, n. 24, p. 99-112, 2010.
- KUPERMANN, Daniel. Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições. Rio de Janeiro: Renvan, 1996.

_____. A via sensível da elaboração: caminhos da clínica psicanalítica. *Cadernos de Psicanálise-CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 23, p. 31-45, 2010.

LACAN, Jacques (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1955). A coisa freudiana. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1964). Ato de fundação. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1967). Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1970). Radiofonia. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSTANG, François. *Um destino funesto*. Rio de Janeiro: Taurus, 1987.

_____. *Lacan: do equívoco ao impasse*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SANCHES, Gisele Paraná. Sándor Ferenczi e a ampliação dos limites terapêuticos da psicanálise. *Percurso*, São Paulo, ano 4, n. 10, p. 40-44, 1994.

SCHNEIDER, Monique. Trauma e filiação em Freud e em Ferenczi. *Percurso*, São Paulo, ano 4, n. 10, p. 31-39, 1993.